

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**



**PLANO DE ENSINO**

CALENDÁRIO	Calendário Ordinário		
CURSO	Mestrado Acadêmico em Direito		
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Direito, Estado e Sociedade		
LINHA DE PESQUISA	Constitucionalismo, Democracia e Organização do Estado		
DISCIPLINA	Direito Administrativo e Contemporaneidade DIR 410292		
DOCENTE	Dr. José Sérgio Da Silva Cristóvam		
NÚMERO DE VAGAS	30	CARGA HORÁRIA	45
DIA DA SEMANA	Segundas-feiras (ver cronograma)	HORÁRIO	2 <sup>as</sup> – 9h00

Ementa:	Estado e Direito Administrativo na contemporaneidade. Administração Pública democrática, direitos fundamentais, políticas públicas e controle. Direito Administrativo e consensualidade. Direito Administrativo sancionador. Regime de contratação pública e desenvolvimento sustentável. Direito Administrativo econômico, regulação e infraestrutura. Serviços públicos e parcerias na Administração Pública.
Objetivos:	<p><b>GERAL</b></p> <p>Analisar os institutos da disciplina jurídico-administrativa na contemporaneidade, a partir do debate sobre as principais inovações legislativas e doutrinárias, com vistas ao desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo sobre os respectivos institutos jurídico-administrativos.</p> <p><b>ESPECÍFICOS</b></p> <p>Promover a abordagem e discussão crítica sobre os temas e institutos jurídico-administrativos da contemporaneidade, com o aprofundamento do estudo no seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estado e Direito Administrativo na contemporaneidade;</li> <li>2. Administração Pública democrática, direitos fundamentais e políticas públicas;</li> <li>3. Direito Administrativo digital, inovação e novas tecnologias;</li> <li>4. Direito Administrativo econômico, regulação e infraestrutura;</li> </ol>

	4. Direito Administrativo sancionador e controle.
Metodologia:	<p>A disciplina conta com a seguinte metodologia e distribuição da carga horária:</p> <p><b>45 h/a</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Atividades Presenciais:</b> 8 encontros presenciais</li> <li>- <b>Atividades complementares:</b> elaboração de paper para a disciplina</li> </ul> <p><b>ATIVIDADES PRESENCIAIS</b></p> <p>Seminários em formato presencial. Os seminários abordarão temáticas e textos previamente distribuídos, acompanhados de reflexões dialogadas, com ênfase ao estímulo do debate por meio de leituras orientadas.</p> <p>O(A) aluno(a) deverá ler todos os textos de referências básicas/complementares de cada encontro, com a efetiva participação nos debates, por meio de reflexões críticas e formulação de problemas a partir das respectivas leituras de cada unidade.</p> <p><b>IMPORTANTE 1</b></p> <p>Para os alunos responsáveis pela apresentação dos respectivos seminários fica previsto, como obrigação integrante da apresentação do seminário, escolher e disponibilizar aos demais colegas, previamente ao seminário (até 3 dias antes), pelo menos um texto complementar (pode ser um artigo, capítulo de livro ou até material produzido pelos alunos), acerca da respectiva temática. Isso fará parte da avaliação.</p> <p><b>IMPORTANTE 2</b></p> <p>Para o primeiro seminário funcionarão como debatedores, com obrigação de trazer pelo menos 2 questionamentos ao debate, os alunos responsáveis pelo sétimo seminário. Para o segundo seminário os debatedores serão os alunos do primeiro e assim sucessivamente. Isso também fará parte da avaliação.</p> <p><b>IMPORTANTE 3</b></p> <p>Eventualmente, no caso de impossibilidade realização das atividades presenciais aqui previstas, por conta de intercorrências, estas ocorrerão no formato não-presencial (por meio de videoconferência – via Conferência Web (RNP) e/ou Google Meet, com acesso disponibilizado via Sistema Moodle ou grupo de WhatsApp da turma).</p> <p><b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES (Artigo Científico (paper)):</b></p> <p>Cada aluno(a) deverá apresentar trabalho escrito individual, na forma de artigo científico (paper), com a abordagem de ponto específico que tenha relação com algum dos encontros/seminários temáticos.</p>
Critérios de avaliação:	<p>A Avaliação dos alunos será realizada mediante os seguintes instrumentos:</p> <p><b>I. Dos seminários:</b></p> <p>Os alunos serão avaliados a partir da apresentação dos respectivos seminários temáticos e participação, correspondente a 30% da nota final.</p> <p><b>II. Do artigo científico (paper):</b></p> <p>Cada aluno(a) deverá apresentar trabalho escrito individual, na forma de artigo científico (paper), com a abordagem de ponto específico que tenha relação com algum dos encontros/seminários temáticos, previamente discutido com o Professor (o tema poderá ser indicado pelo Professor), devendo ser realizado dentro das normas técnicas, com introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências, contendo entre 15 e</p>

20 páginas, com prazo final de entrega em **28.11.2022**. A opção pelo tema do artigo científico deverá ser manifestada, expressamente, até o quarto encontro. A nota do artigo científico (paper) corresponderá a 50% da nota final.

### **III. Da participação e assiduidade:**

Os alunos serão avaliados a partir da participação nos debates em sala e assiduidade nos encontros, correspondente a 20% da nota final.

### **IMPORTANTE**

Cada ausência (falta – não participação dos seminários) acarretará a perda de 1,00 (um) ponto na média final do(a) aluno(a), limitado ao número máximo de faltas, conforme regulamentação da UFSC.

### **IV. Nota Final**

A Nota Final resultará do seguinte cálculo:

NOTA 1 (N1): Seminários (30%)

NOTA 2 (N2): Artigo científico (50%)

NOTA 3 (N3): Participação e assiduidade (20%)

NOTA FINAL (NF – 100%)= N1 + N2 + N3

Tendo em vista o que dispõe a regulamentação da UFSC e a legislação federal em vigor, apenas obterá aprovação o aluno que: (a) obtiver conceito igual ou superior a C nas avaliações regulares; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) dos encontros e atividades da disciplina.

Conteúdo programático:

\* indique a data e o conteúdo dos encontros

## **1. ENCONTRO INICIAL – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA – 19.09.2022 – 9h**

**Apresentação geral da disciplina e distribuição dos seminários**

## **2. PRIMEIRO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 26.09.2022 – 9h00min**

**Administração Pública digital e suas repercussões no Brasil**

Referências básicas

- VALLE, Vanice Lírio do. Inteligência artificial incorporada à Administração Pública: mitos e desafios teóricos. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 20, n. 81, p. 179-200, jul./set. 2020. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1346>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- FIGUEIREDO, Carla Regina Bortolaz de; CABRAL, Flávio Garcia. Inteligência artificial: *machine learning* na Administração Pública. **International Journal of Digital Law**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 79-95, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/5/5>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- REIS, Camille Lima; CARVALHO, Fábio Lins de Lessa. O fomento às novas

tecnologias na Administração Pública como direito ao desenvolvimento. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 1, n. 3, p. 11-28, set./dez. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/15>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho; CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Administração Pública digital e a problemática da desigualdade no acesso à tecnologia. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 97-116, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/14/13>. Acesso em: 11 mai. 2022.

### 3. SEGUNDO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 03.10.2022 – 9h00min

#### Lei do Governo Digital, transparência, inovação e políticas públicas

##### Referências básicas

- TAVARES, André Afonso; BITENCOURT, Caroline Müller; CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. A Lei do Governo Digital no Brasil: análise das contribuições à transparência pública e à concretização do exercício do controle social. *Novos Estudos Jurídico (Online)*, v. 26, p. 788-814, 2021. Acesso em: 11 mai. 2022.

- CARVALHO, Lucas Borges de. Governo digital e direito administrativo: entre a burocracia, a confiança e a inovação. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 279, n. 3, p. 115-148, set./dez. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82959/78898>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Políticas públicas e responsividade: um caminho civilizatório em átomos de crise. In: ZOCKUN, Maurício; GABARDO, Emerson (Coord.). (Org.). *O direito administrativo do pós-crise*. Curitiba: Íthala, 2021, v. , p. 307-319.

### 4. TERCEIRO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 10.10.2022 – 9h00min

#### Administração Pública 4.0, big data, blockchain, smart contracts e smart cities

##### Referências básicas

- ARAÚJO, Valter Shuenquener de; ZULLO, Bruno Almeida; TORRES, Maurílio. Big Data, algoritmos e inteligência artificial na Administração Pública: reflexões para a sua utilização em um ambiente democrático. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 20, n. 80, p. 241-261, abr./jun. 2020. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1219/855>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- FRIEDRICH, Denise Bittencourt; PHILIPPI, Juliana Horn Machado. Inclusão digital e blockchain como instrumentos para o desenvolvimento econômico. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 97 - 115, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/7/6>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- GABARDO, Emerson; KOBUS, Renata Carvalho. Quarta Revolução

Industrial: Blockchain e Smart Contracts como instrumentos da Administração Pública inteligente. In: RODRÍGUEZ-ARANA, Jaime; DELPIAZZO, Carlos; SILVA FILHO, João Antonio da; VALIM, Rafael; RODRÍGUEZ, María. (Org.). *Control Administrativo de la Actividad de la Administración*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2019, v. 2, p. 491-511.

- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Manu. La construcción del discurso de la smart city: mitos implícitos y sus consecuencias socio-políticas. *URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, Almería, v. 6, n. 2, p. 83-99, jul./dic. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5741820.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- FERNÁNDEZ VICENTE, Antonio. Pensar la polis para habitar. ¿Es la smart city una utopía? *Telos: Cuadernos de comunicación e innovación*, Madrid, n. 105, p. 84-91, oct. 2016/ene. 2017. Disponível em: [https://telos.fundaciontelefonica.com/archivo/numero105/?page\\_id=4857&output=pdf](https://telos.fundaciontelefonica.com/archivo/numero105/?page_id=4857&output=pdf). Acesso em: 11 mai. 2022.

## 5. QUARTO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 17.10.2022 – 9h00min

### Administração Pública orientada por dados, Governo aberto e LGPD

#### Referências básicas

- MARTINS, Ricardo Marcondes. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e direito administrativo: questões polêmicas. In: POZZO, Augusto Neves Dall; MARTINS, Ricardo Marcondes (coord.). **LGPD e administração pública: uma análise ampla dos impactos**. São Paulo: Thomson-Reuters Brasil, 2020. p.17-31.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; HAHN, Tatiana Meinhart. Administração Pública orientada por dados: Governo aberto e infraestrutura nacional de dados abertos. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, v. 6, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdagp/article/view/6388/pdf>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; BERGAMINI, José Carlos Loitey; HAHN, Tatiana Meinhart. Governança de dados no setor público brasileiro: uma análise a partir da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). **Revista Interesse Público**, v. 23, p. 75-101, 2021. Acesso em: 11 mai. 2022.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; HAHN, Tatiana Meinhart. Ouvidorias públicas no Brasil: o elo entre o direito de acesso à informação e a efetivação da proteção de dados pessoais no setor público. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance (RDAI)**, v. 5, p. 159-189, 2021. Acesso em: 11 mai. 2022.

## 6. QUINTO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 24.10.2022 – 9h00min

### Direito Administrativo da infraestrutura e governança pública

#### Referências básicas

- DAL POZZO, Augusto Neves. **Direito administrativo da infraestrutura**. São Paulo: Contracorrente, 2020. Cap. I, II, III e IV (p. 16-109).

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de.

Política pública de governança regulatória no contexto da infraestrutura brasileira. In: NOHARA, Irene Patrícia; SALGADO, Rodrigo Oliveira (Org.). (Org.). **Gestão pública, infraestrutura e desenvolvimento**. São Paulo: Thomson Reuters, 2021, v. , p. 61-84.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; CASIMIRO, Lúgia Maria Silva Melo de ; SOUSA, Thanderson Pereira de. Política de governança pública federal: adequação, modelo de gestão e desafios. In: CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; NIEBUHR, Pedro de Menezes; SOUSA, Thanderson Pereira de (Org.). (Org.). **Direito administrativo em transformação**. 1ed. Florianópolis: Habitus, 2020, v. , p. 11-25.

**7. SEXTO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 31.10.2022 – 9h00min**

**Gestão pública, segurança jurídica e a Lei n. 13.655/18 (LINDB)**

Referências básicas

- REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, Rio de Janeiro, **Edição Especial: Direito Público na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB (Lei nº 13.655/2018)**, nov. 2018. – Sobre os artigos 20, 21, 22, 23 e 28. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/issue/view/4255>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. O controle da Administração Pública no contexto do constitucionalismo contemporâneo: um debate a partir do contexto das mudanças trazidas pela LINDB. In: GORCZEVSKI, Clovis (Org.). **Direitos humanos e participação política - Vol. XI**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2020, p. 118-145.

**8. SÉTIMO SEMINÁRIO TEMÁTICO E FECHAMENTO DA DISCIPLINA – 07.11.2022 – 9h00min**

**Direito Administrativo do medo e (dis)funcionalidades do controle externo no Brasil**

Referências básicas

- SANTOS, Rodrigo Valgas dos. **Direito administrativo do medo**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, Cap. 2 (p. 119-157) e Cap. 5 (p. 317-371).

- NIEBUHR, Joel de Menezes; NIEBUHR, Pedro de Menezes. Administração Pública do Medo: ninguém quer criar, pensar noutras soluções. O novo pode dar errado e o erro é punido severamente. **Revista Eletrônica JOTA**, 09.11.2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/administracao-publica-do-medo-09112017>. Acesso em: 11 mai. 2022.

**Bibliografia Básica:**

- ARAÚJO, Valter Shuenquener de; ZULLO, Bruno Almeida; TORRES, Maurílio. Big Data, algoritmos e inteligência artificial na Administração Pública: reflexões para a sua utilização em um ambiente democrático. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 20, n. 80, p. 241-261, abr./jun. 2020. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1219/855>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- CARVALHO, Lucas Borges de. Governo digital e direito administrativo: entre

a burocracia, a confiança e a inovação. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 279, n. 3, p. 115-148, set./dez. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/82959/78898>.

Acesso em: 11 mai. 2022.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Políticas públicas e responsividade: um caminho civilizatório em átomos de crise. In: ZOCKUN, Maurício; GABARDO, Emerson (Coord.). (Org.). **O direito administrativo do pós-crise**. Curitiba: Íthala, 2021, v. , p. 307-319.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; HAHN, Tatiana Meinhart. Administração Pública orientada por dados: Governo aberto e infraestrutura nacional de dados abertos. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, v. 6, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2020. Disponível em:

<https://www.indexlaw.org/index.php/rdagp/article/view/6388/pdf>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; BERGAMINI, José Carlos Loitey ; HAHN, Tatiana Meinhart. Governança de dados no setor público brasileiro: uma análise a partir da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). **Revista Interesse Público**, v. 23, p. 75-101, 2021. Acesso em: 11 mai. 2022.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; HAHN, Tatiana Meinhart. Ouvidorias públicas no Brasil: o elo entre o direito de acesso à informação e a efetivação da proteção de dados pessoais no setor público. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance (RDAI)**, v. 5, p. 159-189, 2021. Acesso em: 11 mai. 2022.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Política pública de governança regulatória no contexto da infraestrutura brasileira. In: NOHARA, Irene Patrícia; SALGADO, Rodrigo Oliveira (Org.). (Org.). **Gestão pública, infraestrutura e desenvolvimento**. São Paulo: Thomson Reuters, 2021, v. , p. 61-84.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de ; SOUSA, Thanderson Pereira de. Política de governança pública federal: adequação, modelo de gestão e desafios. In: CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; NIEBUHR, Pedro de Menezes; SOUSA, Thanderson Pereira de (Org.). (Org.). **Direito administrativo em transformação**. 1ed. Florianópolis: Habitus, 2020, v. , p. 11-25.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. O controle da Administração Pública no contexto do constitucionalismo contemporâneo: um debate a partir do contexto das mudanças trazidas pela LINDB. In: GORCZEVSKI, Clovis (Org.). **Direitos humanos e participação política - Vol. XI**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2020, p. 118-145.

- DAL POZZO, Augusto Neves. **Direito administrativo da infraestrutura**. São Paulo: Contracorrente, 2020. Cap. I, II, III e IV (p. 16-109).

- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Manu. La construcción del discurso de la smart city: mitos implícitos y sus consecuencias socio-políticas. *URBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, Almería, v. 6, n. 2, p. 83-99, jul./dic. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5741820.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- FERNÁNDEZ VICENTE, Antonio. Pensar la polis para habitar. ¿Es la smart city una utopía? *Telos: Cuadernos de comunicación e innovación*, Madrid, n.

105, p. 84-91, oct. 2016/ene. 2017. Disponível em: [https://telos.fundaciontelefonica.com/archivo/numero105/?page\\_id=4857&output=pdf](https://telos.fundaciontelefonica.com/archivo/numero105/?page_id=4857&output=pdf). Acesso em: 11 mai. 2022.

- FIGUEIREDO, Carla Regina Bortolaz de; CABRAL, Flávio Garcia. Inteligência artificial: *machine learning* na Administração Pública. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 79-95, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/5/5>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- FRIEDRICH, Denise Bittencourt; PHILIPPI, Juliana Horn Machado. Inclusão digital e blockchain como instrumentos para o desenvolvimento econômico. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 97 - 115, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/7/6>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- GABARDO, Emerson; KOBUS, Renata Carvalho. Quarta Revolução Industrial: Blockchain e Smart Contracts como instrumentos da Administração Pública inteligente. In: RODRÍGUEZ-ARANA, Jaime; DELPIAZZO, Carlos; SILVA FILHO, João Antonio da; VALIM, Rafael; RODRÍGUEZ, María. (Org.). *Control Administrativo de la Actividad de la Administración*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2019, v. 2, p. 491-511.

- MARTINS, Ricardo Marcondes. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e direito administrativo: questões polêmicas. In: POZZO, Augusto Neves Dall; MARTINS, Ricardo Marcondes (coord.). **LGPD e administração pública: uma análise ampla dos impactos**. São Paulo: Thomson-Reuters Brasil, 2020. p.17-31.

- NIEBUHR, Joel de Menezes; NIEBUHR, Pedro de Menezes. Administração Pública do Medo: ninguém quer criar, pensar noutras soluções. O novo pode dar errado e o erro é punido severamente. **Revista Eletrônica JOTA**, 09.11.2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/administracao-publica-do-medo-09112017>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- REIS, Camille Lima; CARVALHO, Fábio Lins de Lessa. O fomento às novas tecnologias na Administração Pública como direito ao desenvolvimento. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 1, n. 3, p. 11-28, set./dez. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/15>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, Rio de Janeiro, **Edição Especial: Direito Público na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB (Lei nº 13.655/2018)**, nov. 2018. – Sobre os artigos 20, 21, 22, 23 e 28. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/issue/view/4255>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- SANTOS, Rodrigo Valgas dos. **Direito administrativo do medo**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, Cap. 2 (p. 119-157) e Cap. 5 (p. 317-371).

- SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho; CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Administração Pública digital e a problemática da desigualdade no acesso à tecnologia. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 97-116, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/14/13>. Acesso em: 11 mai. 2022.

- TAVARES, André Afonso; BITENCOURT, Caroline

	<p>Müller; CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. A Lei do Governo Digital no Brasil: análise das contribuições à transparência pública e à concretização do exercício do controle social. <b>Novos Estudos Jurídico (Online)</b>, v. 26, p. 788-814, 2021. Acesso em: 11 mai. 2022.</p> <p>- VALLE, Vanice Lírio do. Inteligência artificial incorporada à Administração Pública: mitos e desafios teóricos. <b>A&amp;C – Revista de Direito Administrativo &amp; Constitucional</b>, Belo Horizonte, ano 20, n. 81, p. 179-200, jul./set. 2020. Disponível em: <a href="http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1346">http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1346</a>. Acesso em: 11 mai. 2022.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>A depender da indicação de cada seminário temático.</p>

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**  
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE  
 CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS – SC  
 TELEFONE (48) 3721-9287 E-mail: ppgd@contato.ufsc.br